

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	16
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.531.840	2.477.806
1.01	Ativo Circulante	142.160	150.488
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.835	16.916
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.825	4.102
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.825	4.102
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	129.500	129.470
1.01.08.03	Outros	129.500	129.470
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	129.451	129.451
1.01.08.03.03	Outros Créditos	49	19
1.02	Ativo Não Circulante	2.389.680	2.327.318
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	158.251	158.380
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.262	4.262
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.511	16.640
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.511	16.640
1.02.02	Investimentos	2.223.540	2.160.922
1.02.02.01	Participações Societárias	2.223.540	2.160.922
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	28.911	26.689
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.060.981	2.002.698
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	133.648	131.535
1.02.03	Imobilizado	55	56
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55	56
1.02.04	Intangível	7.834	7.960
1.02.04.01	Intangíveis	7.834	7.960
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.834	7.960

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.531.840	2.477.806
2.01	Passivo Circulante	124.720	126.458
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	647	669
2.01.01.01	Obrigações Sociais	647	669
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	647	669
2.01.02	Fornecedores	1.573	1.928
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.573	1.928
2.01.03	Obrigações Fiscais	79	1.426
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79	1.416
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	76	80
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	3	1.336
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	10
2.01.05	Outras Obrigações	122.421	122.435
2.01.05.02	Outros	122.421	122.435
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	122.204	122.219
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	217	216
2.02	Passivo Não Circulante	7.890	7.890
2.02.04	Provisões	7.890	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.399.230	2.343.458
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.345.941	1.345.927
2.03.04.01	Reserva Legal	138.085	138.085
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.183.486	1.183.472
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	24.370	24.370
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	58.395	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-23.122	-20.485

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	55.879	-73.377
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.107	-6.105
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	18
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.986	-67.290
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.879	-73.377
3.06	Resultado Financeiro	-122	562
3.06.01	Receitas Financeiras	387	1.060
3.06.02	Despesas Financeiras	-509	-498
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	55.757	-72.815
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	55.757	-72.815
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	55.757	-72.815
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,36400	-1,78140
3.99.01.02	PN	1,50050	-1,95950
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,36400	-1,78140
3.99.02.02	PN	1,50050	-1,95950

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	55.757	-72.815
4.03	Resultado Abrangente do Período	55.757	-72.815

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.080	-4.062
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.734	-5.399
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	132.353	-72.815
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	495	494
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-139.582	67.290
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	0	-368
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-346	1.337
6.01.02.02	Outros Ativos	-29	2.020
6.01.02.03	Fornecedores	-355	212
6.01.02.04	Salários e Encargos Sociais	-22	-65
6.01.02.05	Tributos a Pagar	-1.347	-4.621
6.01.02.06	Outros Passivos	1	-5
6.01.02.09	Tributos a Recuperar	1.277	4.450
6.01.02.11	Depósitos Judiciais	129	-654
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1	6.086
6.03.01	Partes Relacionadas	0	6.097
6.03.02	Dividendos	-1	-11
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.081	2.024
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.916	30.006
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.835	32.030

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14	0	0	14
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	14	0	0	14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.394	-2.637	55.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.757	0	55.757
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.637	-2.637	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.637	-2.637	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.345.941	58.394	-23.122	2.399.229

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.826	-7.989	-72.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-72.815	0	-72.815
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.989	-7.989	0
5.05.03.02	Realização do Custo Abtribuído	0	0	0	7.989	-7.989	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	929.133	-64.826	182.324	2.064.647

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	-586	0
7.01.02	Outras Receitas	-586	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-500
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-518
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	18
7.03	Valor Adicionado Bruto	-586	-500
7.04	Retenções	-495	-494
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-495	-494
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.081	-994
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.373	-66.230
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.986	-67.290
7.06.02	Receitas Financeiras	387	1.060
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	62.292	-67.224
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	62.292	-67.224
7.08.01	Pessoal	6.366	5.364
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.366	5.364
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	154	222
7.08.02.01	Federais	154	222
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15	5
7.08.03.01	Juros	15	5
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.757	-72.815
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.757	-72.815

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	6.501.321	6.171.127
1.01	Ativo Circulante	5.530.098	5.197.493
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	397.651	449.789
1.01.03	Contas a Receber	1.244.492	1.016.683
1.01.03.01	Clientes	1.114.920	892.317
1.01.03.01.01	Clientes	1.478.004	1.252.251
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-363.084	-359.934
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	129.572	124.366
1.01.04	Estoques	6.854	8.710
1.01.06	Tributos a Recuperar	80.835	53.876
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	80.835	53.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.800.266	3.668.435
1.01.08.03	Outros	3.800.266	3.668.435
1.01.08.03.02	Ativo Indenizatório - concessão	2.982.668	2.890.451
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	14.212	14.212
1.01.08.03.04	Outros Créditos	340.886	313.206
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A	462.500	450.566
1.02	Ativo Não Circulante	971.223	973.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	491.866	443.626
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	8.897	8.401
1.02.01.03.01	Clientes	6.376	6.398
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.521	2.003
1.02.01.06	Tributos Diferidos	168.145	130.068
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	168.145	130.068
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.750	4.262
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	172.596	163.417
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	22.413	18.732
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	150.183	144.685
1.02.02	Investimentos	195.098	195.621
1.02.02.01	Participações Societárias	195.098	195.621
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	61.450	64.086
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	133.648	131.535
1.02.03	Imobilizado	222.284	232.350
1.02.04	Intangível	61.975	102.037
1.02.04.01	Intangíveis	61.975	102.037
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	44.821	84.273
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	17.154	17.764

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	6.501.321	6.171.127
2.01	Passivo Circulante	2.057.970	1.763.222
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	117.517	120.371
2.01.01.01	Obrigações Sociais	117.517	120.371
2.01.02	Fornecedores	767.563	689.343
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	767.563	689.343
2.01.03	Obrigações Fiscais	225.822	169.288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	108.904	65.570
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	56.602	33.374
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	43.646	25.374
2.01.03.01.03	Outros	8.656	6.822
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	116.776	101.718
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	142	2.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	335.480	326.706
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	321.836	322.586
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	321.836	322.586
2.01.04.02	Debêntures	13.644	4.120
2.01.05	Outras Obrigações	438.776	286.661
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.338	15.106
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.338	15.106
2.01.05.02	Outros	428.438	271.555
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	122.204	122.219
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	259.693	113.208
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	46.541	36.128
2.01.06	Provisões	172.812	170.853
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	172.812	170.853
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	172.812	170.853
2.02	Passivo Não Circulante	2.044.121	2.064.447
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	549.388	532.647
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	250.529	233.879
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	250.529	233.879
2.02.01.02	Debêntures	298.859	298.768
2.02.02	Outras Obrigações	204.268	187.580
2.02.02.02	Outros	204.268	187.580
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	201.792	185.105
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	14.824	15.412
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.824	15.412
2.02.04	Provisões	1.275.641	1.328.808
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.205.392	1.258.558
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.393	29.392
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	35.541	64.738
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.009.428	1.032.291
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	131.030	132.137
2.02.04.02	Outras Provisões	70.249	70.250
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	70.249	70.250

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.399.230	2.343.458
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.345.941	1.345.927
2.03.04.01	Reserva Legal	138.085	138.085
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.183.486	1.183.472
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	24.370	24.370
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	58.395	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-23.122	-20.485

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.814.747	1.300.394
3.01.01	Receita de Vendas e Serviços	1.600.596	0
3.01.02	Receita de Construção	86.972	0
3.01.03	Receita de Ativo Regulatório	127.179	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.681.127	-1.247.140
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.594.155	0
3.02.02	Custo de Construção	-86.972	0
3.03	Resultado Bruto	133.620	53.254
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-92.548	-129.521
3.04.01	Despesas com Vendas	-45.218	-38.234
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-92.929	-80.224
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	41.325	-19.180
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.274	8.117
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.072	-76.267
3.06	Resultado Financeiro	32.017	45.996
3.06.01	Receitas Financeiras	94.225	71.029
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.208	-25.033
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	73.089	-30.271
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.332	-42.544
3.08.01	Corrente	-55.996	-18.113
3.08.02	Diferido	38.664	-24.431
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	55.757	-72.815
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	55.757	-72.815
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	55.757	-72.815
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,36400	-1,78140
3.99.01.02	PN	1,50050	-1,95950
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,36400	-1,78140
3.99.02.02	PN	1,50050	-1,95950

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	55.757	-72.815
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	55.757	-72.815
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	55.757	-72.815

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 31/03/2015	Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.693	-204.103
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.254	62.556
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	73.089	-30.271
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	58.204	54.359
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-4.274	-8.117
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	25.977	12.856
6.01.01.07	Constituição ou Reversão de Provisões	-30.304	0
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-70.034	-20.217
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	3.150	-2.109
6.01.01.10	Juros Pagos	-15.775	-6.438
6.01.01.11	Contingências	0	3.787
6.01.01.12	Atualização do Ativo Financeiro	-40.128	-40.727
6.01.01.13	Realização de Provisão para Perdas	-3.632	-7.043
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	26.448	18.715
6.01.01.16	Ganhos ou Perdas em Participações Societárias	2	-279
6.01.01.17	Baixa de Ativo Indenizatório	7.455	87.219
6.01.01.18	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	0	821
6.01.01.20	Provisão / Reversão para Perdas de Ativos	76	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.947	-266.659
6.01.02.02	Contas a Receber	-230.937	-66.359
6.01.02.03	Outros Ativos	-28.198	-577.220
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-5.498	-1.451
6.01.02.05	Fornecedores	78.220	442.054
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	-2.854	-6.073
6.01.02.07	Tributos a Pagar	70.572	-40.902
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	163.172	10.667
6.01.02.11	Estoques	1.856	1.033
6.01.02.12	Ativos Regulatórios	-11.934	0
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	-30.640	20.719
6.01.02.14	Outros Passivos	5.643	3.233
6.01.02.15	Passivo Atuarial	-47.349	-52.360
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.757	-42.214
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-63.696	-42.214
6.02.02	Aumento de Capital	-3.861	0
6.02.03	Redução de Capital Investidas	7.800	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	15.312	29.442
6.03.01	Partes Relacionadas	0	6.097
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-87.627	-65.277
6.03.03	Ingressos de Empréstimos	102.940	88.633
6.03.05	Dividendos Pagos	-1	-11
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-52.138	-216.875
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	449.789	664.506
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	397.651	447.631

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14	0	0	14	0	14
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	14	0	0	14	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.394	-2.637	55.757	0	55.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.757	0	55.757	0	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.637	-2.637	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.637	-2.637	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.345.941	58.394	-23.122	2.399.229	0	2.399.229

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.826	-7.989	-72.815	0	-72.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-72.815	0	-72.815	0	-72.815
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.989	-7.989	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	7.989	-7.989	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	929.133	-64.826	182.324	2.064.647	0	2.064.647

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	2.771.949	1.861.213
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.688.127	1.807.835
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	86.972	51.225
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.150	2.153
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.555.919	-1.194.413
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.464.905	-1.086.546
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.674	-63.685
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	3.632	7.043
7.02.04	Outros	-86.972	-51.225
7.02.04.01	Custos Referentes a construção de Ativos Permanentes	-86.972	-51.225
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.216.030	666.800
7.04	Retenções	-58.204	-54.359
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.204	-54.359
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.157.826	612.441
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	98.499	79.146
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.274	8.117
7.06.02	Receitas Financeiras	94.225	71.029
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.256.325	691.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.256.325	691.587
7.08.01	Pessoal	159.437	129.356
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	979.721	604.944
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.410	30.102
7.08.03.01	Juros	61.714	24.540
7.08.03.02	Aluguéis	-304	5.562
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.757	-72.815
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.757	-72.815

Comentário do Desempenho



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro trimestre de 2015 chegaram a R\$94,5 milhões ante R\$63,4 milhões em 2014, sendo 48,9% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	31 de março 2015		31 de março 2014		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	89.469	94,66	63.092	99,46	41,81%
Geração de Energia Elétrica	5.047	5,34	345	0,54	1.362,9%
Total	94.516	100	63.437	100	48,99%

2. Mercado Acionário

O Índice Bovespa – IBOVESPA fechou o 1º trimestre de 2015 com valorização de 2,29%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 1,26% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram valorização expressiva de 27,38% nos três primeiros meses de 2015, recuperando parte da perda acumulada nos últimos anos e refletindo os resultados relativos ao exercício de 2014.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2015 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento	Desempenho *	
		Variação %	
	31 de março 2015	1º TRI 2015	Em 12 meses
Celesc PN	R\$18,98	27,38%	15,03%
Celesc ON	R\$39,82	0,00%	-0,45%
IBOVESPA	51.150	2,29%	1,46%
IEE	27.504	1,26%	10,73%

Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. Valor de Mercado da Ação

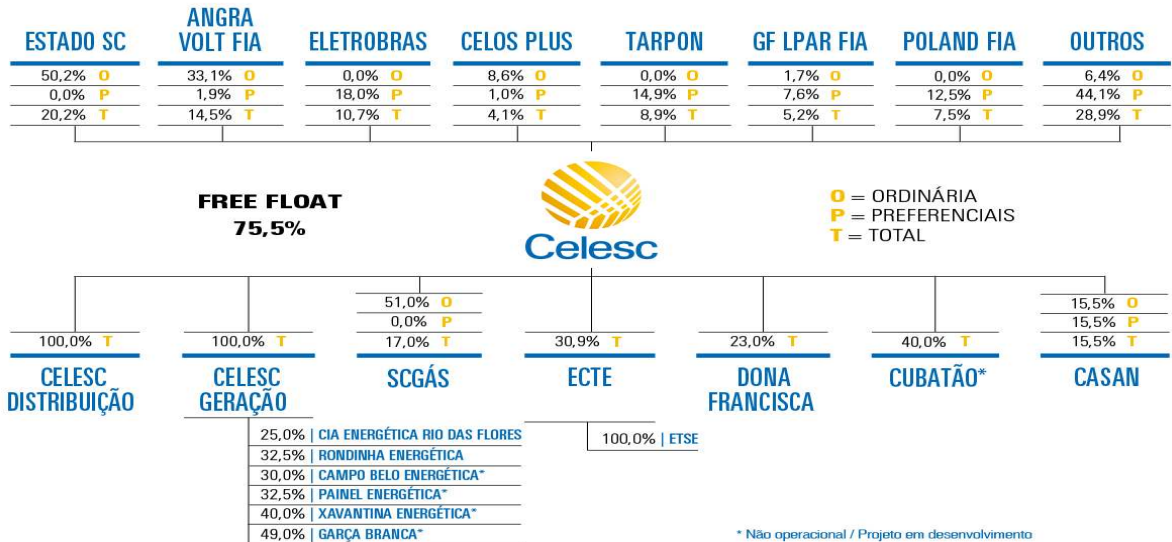
Os valores de mercado das ações da Celesc, em 31 de março de 2015, conforme demonstrado no quadro acima são: R\$18,98 para cada Ação Preferencial – PN e R\$39,82 para cada Ação Ordinária – ON.

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 31 de março de 2015 está apresentada no gráfico a seguir:

Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



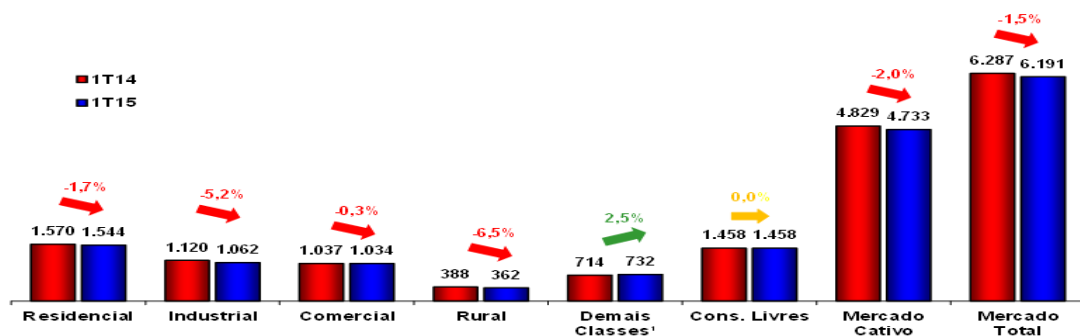
Fonte: DEF/DPRI

4. Balanço Energético

No primeiro trimestre de 2015, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, atingiu 4.733 GWh representando retração de 2,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior, que atingiu 4.829 GWh.

Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), a redução foi de 1,6%, atingindo 6.191 GWh no primeiro trimestre de 2015 em comparação a 6.292 GWh no primeiro trimestre de 2014.

No Gráfico abaixo podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o crescimento do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho



5. Mercado de Energia Elétrica

Descrição	2015		2014		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	2015	2015	2014	2014	15-14	15-14
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)										
Residencial	654.783	654.783	472.112	472.112	37,5%	37,5%	40,2%	40,2%	38,7%	38,7%
Industrial	416.717	416.717	253.214	253.214	23,9%	23,9%	21,6%	21,6%	64,6%	64,6%
Comercial	422.310	422.310	274.336	274.336	24,2%	24,2%	23,4%	23,4%	53,9%	53,9%
Rural	97.523	97.523	67.178	67.178	5,6%	5,6%	5,7%	5,7%	45,2%	45,2%
Poder Público	46.423	46.423	27.217	27.217	2,7%	2,7%	2,3%	2,3%	70,6%	70,6%
Iluminação Pública	33.021	33.021	22.830	22.830	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	44,6%	44,6%
Serviço Público	27.092	27.092	16.941	16.941	1,6%	1,6%	1,4%	1,4%	59,9%	59,9%
Subtotal	1.697.869	1.697.869	1.133.828	1.133.828	97,2%	97,2%	96,6%	96,6%	49,7%	49,7%
Suprimento	48.824	48.824	39.853	39.853	2,8%	2,8%	3,4%	3,4%	22,5%	22,5%
TOTAL	1.746.693	1.746.693	1.173.680	1.173.680	100%	100%	100%	100%	48,8%	48,8%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.543.675	1.543.675	1.569.749	1.569.749	32,6%	32,6%	32,5%	32,5%	-1,7%	-1,7%
Industrial	1.061.865	1.061.865	1.120.498	1.120.498	22,4%	22,4%	23,2%	23,2%	-5,2%	-5,2%
Comercial	1.033.781	1.033.781	1.037.383	1.037.383	21,8%	21,8%	21,5%	21,5%	-0,3%	-0,3%
Rural	362.484	362.484	387.715	387.715	7,7%	7,7%	8,0%	8,0%	-6,5%	-6,5%
Poder Público	109.409	109.409	111.610	111.610	2,3%	2,3%	2,3%	2,3%	-2,0%	-2,0%
Iluminação Pública	143.562	143.562	143.471	143.471	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	0,1%	0,1%
Serviço Público	83.215	83.215	84.398	84.398	1,8%	1,8%	1,7%	1,7%	-1,4%	-1,4%
Subtotal	4.337.991	4.337.991	4.454.824	4.454.824	91,6%	91,6%	92,3%	92,3%	-2,6%	-2,6%
Suprimento	395.400	395.400	374.055	374.055	8,4%	8,4%	7,7%	7,7%	5,7%	5,7%
TOTAL	4.733.391	4.733.391	4.828.879	4.828.879	100%	100%	100%	100%	-2,0%	-2,0%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	424,17	424,17	300,76	300,76	118,3%	118,3%	128,1%	128,1%	41,0%	41,0%
Industrial	392,44	392,44	225,98	225,98	109,4%	109,4%	96,2%	96,2%	73,7%	73,7%
Comercial	408,51	408,51	264,45	264,45	113,9%	113,9%	112,6%	112,6%	54,5%	54,5%
Rural	269,04	269,04	173,27	173,27	75,0%	75,0%	73,8%	73,8%	55,3%	55,3%
Poder Público	424,31	424,31	243,86	243,86	118,3%	118,3%	103,9%	103,9%	74,0%	74,0%
Iluminação Pública	230,01	230,01	159,13	159,13	64,1%	64,1%	67,8%	67,8%	44,5%	44,5%
Serviço Público	325,56	325,56	200,72	200,72	90,8%	90,8%	85,5%	85,5%	62,2%	62,2%
Subtotal	391,40	391,40	254,52	254,52	109,1%	109,1%	108,4%	108,4%	53,8%	53,8%
Suprimento	123,48	123,48	106,54	106,54	34,4%	34,4%	45,4%	45,4%	15,9%	15,9%
TOTAL	358,70	358,70	234,80	234,80	100%	100%	100%	100%	52,8%	52,8%

Fonte: DCL

6. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2015, com um quadro funcional de 3.308 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.071 empregados), em função de novas admissões ocorridas nos concursos públicos realizados em 2013 e 2014.

Comentário do Desempenho



7. Desempenho Econômico Financeiro

O lucro líquido do primeiro trimestre de 2015 apresentado pela Companhia foi de R\$55,8 milhões, que representa um aumento de 176,57%, se comparado ao mesmo período de 2014 (prejuízo líquido de R\$72,8 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 31 de março de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	31 de março 2015	31 de março 2014	AH
Receita Operacional Bruta - ROB	2.775.099	1.859.060	49,27%
Receita Operacional Líquida - ROL	1.814.747	1.300.394	39,55%
Resultado das Atividades	41.072	(76.267)	153,85%
EBITDA Ajustado	95.226	(29.472)	423,11%
EBITDA	98.782	(22.429)	540,42%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	5,25%	-2,27%	7,52 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	5,44%	-1,72%	7,16 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	3,07%	-5,60%	8,67 p.p.
Resultado Financeiro	32.017	45.996	-30,39%
Ativo Total	6.501.321	5.960.375	9,08%
Imobilizado	222.284	215.716	3,04%
Patrimônio Líquido	2.399.230	2.064.647	16,21%
Lucro (Prejuízo) Líquido	55.757	(72.815)	176,57%

O Grupo encerrou o primeiro trimestre de 2015 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$2.775,1 milhões aumento de 49,27% em relação a 2014 num valor de R\$1.859,1 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 39,55%, fechando o primeiro trimestre de 2015 em R\$1.814,7 milhões em relação ao mesmo período de 2014 num valor de R\$1.300,4 milhões.

O EBITDA ajustado no primeiro trimestre de 2015 atingiu o valor de R\$95,2 milhões e a Margem do EBITDA Ajustado passou de -2,27% no primeiro trimestre de 2014 para 5,25% em 2015.

Comentário do Desempenho



A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA	31 de março 2015	31 de março 2014
Lucro/Prejuízo líquido	55.757	(72.815)
IRPJ e CSLL corrente e diferido	17.332	42.544
Resultado financeiro	(32.017)	(45.996)
Depreciação e amortização	57.710	53.838
	98.782	(22.429)
(-) Efeitos Não Recorrentes		
Provisão Teste Impairment em Controlada	76	-
Reversão Teste Impairment em Controlada	(3.632)	(7.043)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não Recorrentes	95.226	(29.472)

8. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017,7 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de março 2015					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,65	1.751.000	7,60	2.008.600	5,21
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	3.429.623	14,88	3.429.623	8,89
MCAP Poland FIA	-	-	2.884.800	12,52	2.884.800	7,48
Outros	993.152	6,40	10.167.459	44,12	11.160.611	28,94
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.017.700.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

Comentário do Desempenho



9. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2015 representando 19,33% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 7.454.577 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	7.454.577	19,33
Investidores Nacionais	31.117.014	80,67
Total	38.571.591	100

Fonte: DEF/DPRI

10. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.765	24,54
Conselho de Administração	1	-	3	-	4	-
Outros Acionistas	6.297.676	40,56	22.810.146	98,98	29.107.822	75,46
Total	15.527.137	100	23.044.454	100	38.571.591	100

Fonte: DEF/DPRI

11. Ações em Circulação

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.676	40,56	22.810.146	98,98	29.107.822	75,46

Fonte: DEF/DPRI

12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

Comentário do Desempenho



13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 15 de maio de 2015.

A Administração



1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 31 de março de 2015, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Percentual de Participação Integralizado – %		
Descrição	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	100
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100	100

Descrição	Percentual de Participação %			
	31 de março 2015		31 de dezembro 2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30	-	30
Painel Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25	-	25
Xavantina Energética S.A.	-	40	-	40
Garça Branca Energética S.A.	-	49	-	-
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40	-	40	-

Notas Explicativas



1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição de energia elétrica cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

1.1.1. Das Concessões

a) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D detém a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica até 7 de julho de 2015, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783 em janeiro de 2013. Em 18 de setembro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão, nas mesmas condições atuais, resguardando seu direito de rever este pedido caso haja alteração nas condições contratuais vigentes. Em 15 de outubro de 2012 a Companhia ratificou o pedido de prorrogação.

Em 17 de janeiro de 2014 a ANEEL enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido.

Notas Explicativas



Até 31 de março de 2015 os termos da prorrogação ainda não eram conhecidos pela Administração.

A expectativa da Administração da Companhia é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes as atuais e pelo prazo de 30 anos. Adicionalmente a Administração entende que, caso não haja tempo hábil até o final do prazo do contrato de concessão para que o Poder Concedente realize uma ampla discussão e aprove o pedido de prorrogação da concessão, poderá haver prorrogação provisória do contrato de concessão até que as regras definitivas sejam estipuladas.

b) Celesc Geração S.A.

Com forte atuação no segmento de geração de energia elétrica, ênfase nas áreas de operação e manutenção de usinas e comercialização de energia elétrica, a controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho (ii)	Schroeder/SC	15	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia (ii)	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu (ii)	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho (iii)	Faxinal do Guedes/SC	5,3	22/11/2021
Pery – Rio Canoas (iv)	Curitibanos/SC	30	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,8	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz (ii)	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,8	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,4	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,4	(i)
Total da Capacidade Instalada		106,5	

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

(ii) Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela referida MP.

A Administração da Companhia analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração da Companhia acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12.

Notas Explicativas



(iii) Em 17 de março de 2015, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL, autorizou a ampliação de 5.300 kW para 12.815,92 kW a potência instalada da PCH Celso Ramos e prorroga a concessão por um prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até

a data de vencimento da atual concessão. A ANEEL em 07 de abril de 2015 encaminhou em forma de minuta o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do bem público nº 006/2013. O referido termo ainda não foi assinado.

(iv) Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP 579/12, a Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial através de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

A Celesc G possui ainda 8 (oito) empreendimentos (PCHs) construídos em parceria com investidores privados.

Central Geradora (em operação)	Localidade	Potência Instalada (MW)	Percentual de Participação %
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,6	32,5
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,6	25,0
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,0	25,0
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,0	25,0

Central Geradora (em construção)	Localidade	Potência Instalada (MW)	Percentual de Participação %
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,1	40,0
PCH Garça Branca (v)	Anchieta/SC	6,5	49,0

Central Geradora (prospecção/projeto)	Localidade	Potência Instalada (MW)	Percentual de Participação %
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,0	30,0
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,2	32,5

Notas Explicativas



(v) Em 24 de março de 2015, a Celesc G assinou contrato de cessão de participação societária com a Casaforte Energia S.A., adquirindo 49% do investimento da Garça Branca Energética S.A.

A PCH Garça Branca é uma SPE, de capital fechado a qual iniciou suas atividades em 15 de outubro de 2008 e seu prazo de duração é indeterminado, tendo como objeto específico exclusivo a implantação, operação, manutenção, geração e comercialização de energia elétrica. Está instalada nos municípios de Anchieta e Guaraciaba em Santa Catarina, possuindo capacidade instalada de 6,5MW.

c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Além da Celesc, são seus acionistas a Gaspetro, subsidiária da Petrobras responsável pela participação em empreendimentos relacionados à área de gás; a Mitsui Gás e Energia do Brasil, empresa privada incorporada ao Grupo Mitsui em abril de 2006 com a aquisição da Gaspart/Gás Participações, e a Infragás – Infraestrutura de Gás para a Região Sul, empresa constituída em 13 de dezembro de 1990, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural na região Sul.

O contrato de concessão para exploração desses serviços foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 anos, contados dessa data.

d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000 – ANEEL, datado de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, a ANEEL, outorgou à ECTE a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 525 kV, com 252,5 km de extensão, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da Companhia.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Notas Explicativas



e) Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. O contrato de concessão da DFESA datado de 28 de agosto de 1998 e tem prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

f) Legislações Aplicáveis as Concessões

i) Decretos nº 7.945 de 07 de Março de 2013 e nº 8.221 de 01 de Abril de 2014 – Aporte Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

O Decreto nº 7.945/13 instituiu o repasse de recursos da CDE, às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE; e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Compensação de Valores de Custos da Parcela A – CVA, relativo ao Encargo de Serviço do Sistema e à energia comprada para revenda.

Para o item (iv), o governo federal emitiu em 1º de abril de 2014, o Decreto nº 8.221 onde dispõe que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE criou e mantém a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 27 de março de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 773, fixou para a Celesc D o montante de R\$136.672 para cobertura da CONTA-ACR, a serem repassados nas contas correntes vinculadas a Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto a CCEE, referentes as competências de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram recebidos pela Celesc D em 31 de março de 2015.

Notas Explicativas



Estes valores foram reconhecidos contabilmente em 27 de março de 2015 na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida de redução do Ativo Financeiro.

ii) Resolução Homologatória nº 1.574 de 30 de Julho de 2013 – Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na Rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

iii) Decreto nº 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

I - bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 MWh;

II - bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de R\$388,48 MWh; e

Notas Explicativas



III - bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de R\$388,48 MWh.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro a março de 2015 a bandeira tarifária vermelha.

iv) Resolução Homologatória nº 1.858 de 27 de Fevereiro de 2015 – Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:

Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no último mês de janeiro; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE,

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – *IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Notas Explicativas



b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Notas Explicativas



f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.

3.1 Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a *IAS 11* - "Contratos de Construção", *IAS 18* - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do *IFRS 9* foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O *IFRS 9* mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS 9* abranda as exigências de efetividade do hedge,

Notas Explicativas



bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as

Notas Explicativas



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado						
31 de março 2015						
	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos
Total						
Contas a Receber		1.217.765	21.177	6.965	4.942	19
Caixa e Equivalente de Caixa		397.651	-	-	-	-
Subsídio Decreto nº 7.891/13		252.543	-	-	-	-
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	13,07% a.a.(i)	38.739	77.877	363.231	-	-
Total Ativo		1.906.698	99.054	370.196	4.942	19
Empréstimo Bancário	110% e 121,5%					
CDI		23.274	43.362	203.955	144.584	-
Eletrobras	5% a.a.	3.975	7.747	35.699	82.426	5.979
	2,5% a 8,7%					
Finame	a.a.	503	849	3.836	22.893	9.741
Debêntures	CDI + 1% a.m.	-	-	-	415.827	-
Fornecedores		529.727	237.836	-	-	-
Total Passivo		557.479	289.794	243.490	665.730	15.720

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas



4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás e tem a expectativa de que estas sejam prorrogadas pelo poder concedente. Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, ratificando a solicitação em 15 de outubro de 2012. Dessa forma a Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

Para o contrato de concessão nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos:

Notas Explicativas



Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			31 de março 2015		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)			13,19	16,49	19,79
	Aplicações Financeiras	192.426	25.381	31.731	38.081
	Empréstimos	(411.599)	(54.290)	(67.873)	(81.455)
	Debêntures	(312.503)	(41.219)	(51.532)	(61.844)
SELIC (%)			13,07	16,34	19,61
	Ativo Financeiro – Parcela A - CVA	462.500	60.449	75.573	90.696
IGPM² (%)			3,15	3,94	4,73
	Ativo Indenizatório (Concessão)	2.819.798	88.824	111.100	133.376

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	31 de março 2015	Consolidado
		31 de dezembro 2014
Total dos Empréstimos	572.365	556.465
Debêntures	312.503	302.888
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(397.651)	(449.789)
Dívida Líquida	487.217	409.564
Total do Patrimônio Líquido	2.399.230	2.343.458
Total do Capital	2.886.447	2.753.022
Índice de Alavancagem Financeira (%)	16,88%	14,88%

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M15 com vencimento em 03/08/2015 – (fechamento 17/04/2015)

² IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Notas Explicativas



4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2015. A companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Consolidado
	Nível 3
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	
Ações	137.261
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.982.668
Outros	217
Total do Ativo	3.120.146

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014. A Companhia não possuía passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Consolidado
	Nível 3
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	
Ações	137.261
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.890.451
Outros	217
Total do Ativo	3.027.929

Notas Explicativas



Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de março de 2015.

Descrição	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
					Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	397.651	-	-	397.651
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.982.668	-	2.982.668
Contas a Receber de Clientes	-	1.750.080	-	-	1.750.080
CCEAR-D (NE 10)	-	252.543	-	-	252.543
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	-	462.500	-	-	462.500
Outros	-	-	217	-	217
	137.261	2.862.774	2.982.885	-	5.982.920
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	767.563	767.563
Empréstimos	-	-	-	572.365	572.365
Debêntures	-	-	-	312.503	312.503
	-	-	-	1.652.431	1.652.431

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2014.

Descrição	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
					Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	449.789	-	-	449.789
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.890.451	-	2.890.451
Contas a Receber de Clientes	-	1.519.143	-	-	1.519.143
CCEAR-D (NE 10)	-	240.635	-	-	240.635
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	-	450.566	-	-	450.566
Outros	-	-	217	-	217
	137.261	2.660.133	2.890.668	-	5.688.062
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	689.343	689.343
Empréstimos	-	-	-	556.465	556.465
Debêntures	-	-	-	302.888	302.888
	-	-	-	1.548.696	1.548.696

Notas Explicativas



6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	981.280	791.683
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	212.570	174.624
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior há 90 dias	556.230	552.836
	1.750.080	1.519.143

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Recursos em Banco e em Caixa	129	167	205.225	54.734
Aplicações Financeiras	9.706	16.749	192.426	395.055
	9.835	16.916	397.651	449.789

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

Notas Explicativas



8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2014, após nova avaliação, foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 31 de dezembro de 2014 o investimento foi avaliado pelo método do fluxo de caixa descontado utilizando taxa de desconto 14,76%.

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Notas Explicativas



9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Consumidores					
Residencial	296.873	100.718	49.426	447.017	358.619
Industrial	286.910	44.038	364.460	695.408	639.863
Comércio, Serviços e Outros	217.425	35.961	64.905	318.291	264.764
Rural	46.928	9.963	7.149	64.040	53.230
Poder Público	31.728	2.993	33.747	68.468	66.111
Iluminação Pública	20.885	198	16.225	37.308	34.398
Serviço Público	17.344	214	1.092	18.650	15.730
	918.093	194.085	537.004	1.649.182	1.432.715
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	49.532	12.095	6.009	67.636	54.287
Transações no Âmbito da CCEE	10.358	-	-	10.358	13.190
Outros Créditos	3.297	6.390	13.217	22.904	18.951
	63.187	18.485	19.226	100.898	86.428
	981.280	212.570	556.230	1.750.080	1.519.143
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(499.212)	(496.062)
				1.250.868	1.023.081
Circulante				1.244.492	1.016.683
Não Circulante				6.376	6.398

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Consumidores		
Residencial	49.416	49.799
Industrial	195.021	191.062
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	61.409	61.337
Rural	4.598	4.612
Poder Público	31.843	32.528
Iluminação Pública	15.203	15.022
Serviço Público	1.011	991
Concessionárias e Permissionárias	1.105	1.105
Outros	3.478	3.478
	499.212	496.062
Circulante	363.084	359.934
Não Circulante	136.128	136.128

Notas Explicativas**b.1) Movimentação**

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2014	496.062
Provisão Constituída no Período	6.404
Baixas de Contas a Receber	(3.254)
Saldo em 31 de março de 2015	499.212

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

Notas Explicativas



10. Outros Ativos Circulantes

Outros Créditos a Receber	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Dividendos	14.212	14.212
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013 – CCEAR-D	252.543	240.635
Pessoal a disposição	12.378	6.060
Adiantamento Proinfa	11.103	11.103
Adiantamentos Diversos	2.195	- 445
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	35.392	23.179
Compartilhamento de Infraestrutura	953	9.433
Conta Bandeiras	1.673	-
Programa Baixa Renda	7.156	9.917
Ativo Financeiro - Parcela A - CVA (Nota 11)	462.500	450.566
Ativo Indenizatório (Nota 12)	2.982.668	2.890.451
Outras contas	17.493	13.324
	3.800.266	3.668.435

11. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

Descrição	Consolidado				
	31 de dezembro 2014	Adição	Baixa	Atualização	Amortização
Parcela A					
Conta de Desenv. Energético - CDE	19.179	14.481	-	1.148	(3.258)
Energia Comprada p/ Revenda	583.421	247.799	(84.672)	23.320	(250.090)
Uso da Rede Básica	33.602	13.393	(353)	1.304	(2.018)
Transporte de Energia de Itaipu	606	112	(466)	(8)	(10)
CVA Anos Anteriores	1.688	-	-	41	(679)
Proinfa	5.509	-	(769)	87	(1.836)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(165.226)	(21.739)	24.525	(4.465)	43.996
Saldo da Parcela A - CVA	478.779	254.046	(61.735)	21.427	(213.895)
Itens Financeiros					
Passivos Reg. - Neutralidade					
Encargos Setoriais	(28.213)				12.091
Saldo Itens Financeiros	(28.213)	-	-	-	12.091
Ativo Financeiro – Total Líquido	450.566	254.046	(61.735)	21.427	(201.804)

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	119.510	192.054
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	359.112	286.725
Total da Parcela A – CVA	478.622	478.779

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 10 de dezembro de 2014, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Celesc D, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

12. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Em Serviço	2.819.798	2.676.623
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	2.819.798	2.676.623
Em Curso	162.870	213.828
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	162.870	213.828
Total	2.982.668	2.890.451
Circulante	2.982.668	2.890.451
Não Circulante	-	-

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contratos de concessões.

Notas Explicativas**a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia**

	Ativo Indenizatório
Em 31 de dezembro de 2014	2.890.451
(+) Novas Aplicações	59.544
(-) Resgate	(7.455)
(+) Ajuste VNR	40.128
Em 31 de março de 2015	2.982.668

(i) A Companhia reconheceu no período de três meses, findos em março de 2015, o montante de R\$40.128, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR, atualizado pelo IGP-M.

13. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
ICMS ⁴	-	-	40.731	41.763
PIS e COFINS ⁵	-	-	402	399
IRPJ e CSLL ⁶	2.825	4.001	59.314	27.562
Outros	-	101	2.801	2.884
Total	2.825	4.102	103.248	72.608
Circulante	2.825	4.102	80.835	53.876
Não Circulante	-	-	22.413	18.732

14. Transações com Partes Relacionadas**a) Transações e Saldos**

Descrição	Controladora Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2014	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	4.262
Em 31 de março de 2015	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	4.262

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Notas Explicativas



Descrição	Controladora Receitas Financeiras
Em 31 de março de 2014	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.	368
	368

Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2014					
Governo do Estado de SC					
ICMS	101.718	41.763	-	-	-
Contas a Receber	-	-	7.232	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
Celos	-	-	-	-	15.106
	101.718	41.763	7.232	4.262	15.106
Em 31 de março de 2015					
Governo do Estado de SC					
ICMS	116.776	40.731	-	-	-
Contas a Receber	-	-	9.552	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
Celos	-	-	-	-	10.338
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
	116.776	40.731	9.552	4.750	10.338

Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Consolidado Receitas Financeiras
Em 31 de março de 2014			
Governo do Estado de SC			
ICMS	362.953	-	-
Receita de Vendas	-	12.468	-
SC Parcerias S.A.	-	-	368
	362.953	12.468	368
Em 31 de março de 2015			
Governo do Estado de SC			
ICMS	483.429	-	-
Receita de Vendas	-	17.972	-
	483.429	17.972	

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

Notas Explicativas

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31de março 2015	31de março 2014	31de março 2015	31de março 2014
Administradores				
Honorários	1.088	1.060	1.088	1.060
Encargos Sociais	294	361	294	361
Outros	24	34	24	34
	1.406	1.455	1.406	1.455

15. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31de março 2015	31de dezembro 2014	31de março 2015	31de dezembro 2014
Controladas				
Celesc D	1.694.540	1.651.364	-	-
Celesc G	366.441	351.334	-	-
	2.060.981	2.002.698	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	83.329	84.717	83.329	84.717
ECTE	50.319	46.818	50.319	46.818
	133.648	131.535	133.648	131.535
Coligadas				
DFESA	28.911	26.689	28.911	26.689
SPES ⁷	-	-	32.539	37.397
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	28.911	26.689	61.450	64.086
	2.223.540	2.160.922	195.098	195.621

⁷ Sociedade de Propósito Específico.

Notas Explicativas



a) Informações sobre Investimentos

Controladora						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Período
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2014						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.651.364	5.570.591	383.618
Celesc G	43.209	100%	100%	351.334	436.788	101.600
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	151.586	422.242	72.525
SCGÁS	45.476	17%	51%	248.259	400.699	40.742
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	115.887	320.897	43.756
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(2)
Em 31 de março de 2015						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.694.540	5.830.087	43.176
Celesc G	43.209	100%	100%	366.441	428.436	15.107
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	162.923	430.209	11.337
SCGÁS	45.476	17%	51%	239.719	399.154	(6.004)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	125.537	318.888	9.650
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(48)

						Consolidado
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Período
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2014						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	151.586	422.242	72.525
SCGÁS	45.476	17%	51%	248.259	400.699	40.742
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	115.887	320.897	43.756
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(2)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,5%	32,5%	60.513	86.598	(3.637)
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.498	5.498	(23)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.033	6.446	(52)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.455	25%	25%	31.466	49.132	1.271
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	15.592	26.690	-
Em 31 de março de 2015						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	162.923	430.209	11.337
SCGÁS	45.476	17%	51%	239.719	399.154	(6.004)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	125.537	318.888	9.650
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	33.823	62.582	(1.169)
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.533	5.536	(4)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.058	6.486	(27)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	31.994	48.761	(196)
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	15.592	30.983	-
Garça Branca Energética S.A.	1.908	49%	49%	3.978	4.398	51

Notas Explicativas



b) Movimentação dos Investimentos

Descrição						Controladora
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2014	1.651.364	351.334	46.817	84.718	26.689	2.160.922
Amortização Ágio – Concessão	-	-		(368)	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	43.176	15.107	3.502	(1.021)	2.222	62.986
Em 31 de março 2015	1.694.540	366.441	50.319	83.329	28.911	2.223.540

Descrição					Consolidado
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2014	46.817	84.718	26.689	37.397	195.621
Integralizações	-	-	-	3.861	3.861
Amortização Ágio – Concessão	-	(368)	-	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.502	(1.021)	2.222	(429)	4.274
Reversão de Dividendos	-	-	-	(8.288)	(8.288)
Outros Ajustes	-	-	-	(2)	(2)
Em 31 de março de 2015	50.319	83.329	28.911	32.539	195.098

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

16. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Descrição							Consolidado
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.055	712	161.302	232.350
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.081	65.343	1.711	161.302	446.497
Provisão para Perdas	(12.212)	(42.202)	(871)	(7.394)	(31)	-	(62.710)
Depreciação Acumulada	-	(95.447)	(10.128)	(44.894)	(968)	-	(151.437)
Em 31 de dezembro de 2014	7.824	47.375	2.082	13.055	712	161.302	232.350
Adições	-	-	-	-	-	950	950
Depreciação	(1.260)	(8.212)	(666)	(4.349)	(85)	-	(14.572)
(+/-) Transferências	-	383	-	78	(194)	(267)	-
Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	(76)	-	-	(76)
Realização de Provisão para Perdas	82	783	372	2.344	51	-	3.632
Em 31 de março de 2015	6.646	40.329	1.788	11.052	484	161.985	222.284
Custo do Imobilizado	20.036	185.407	13.081	65.421	1.518	161.985	447.448
Provisão para Perdas (i)	(12.130)	(41.419)	(499)	(5.125)	19	-	(59.154)
Depreciação Acumulada	(1.260)	(103.659)	(10.794)	(49.244)	(1.053)	-	(166.010)
Em 31 de março de 2015	6.646	40.329	1.788	11.052	484	161.985	222.284
	64%	24%	30%	32%	27%	0%	

Notas Explicativas

(i) A provisão para perdas registrada no montante de R\$59.154 em 31 de março de 2015 é resultado principalmente da não renovação das concessões do parque gerador da Celesc G (Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto) conforme decisão em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2012, mencionada na Nota Explicativa 1.1.

17. Intangível

Descrição	Controladora					
	31 de dezembro 2014	Amortizações	31 de março 2015			
Ágio Aquisição ECTE	7.960	(126)	7.834			

Consolidado						
Descrição	Contratos de Concessão (a)		Uso do Bem Público (b)			Total
	Celesc D	Software Adquiridos		Celesc G	Itens em Andamento	
Em 31 de dezembro de 2014	84.273	1.632	7.960	4.647	3.525	102.037
Custo Total	976.820	2.720	14.248	6.279	3.525	1.003.592
Amortização Acumulada	(892.547)	(1.088)	(6.288)	(1.632)	-	(901.555)
Em 31 de dezembro de 2014	84.273	1.632	7.960	4.647	3.525	102.037
Adições	2.966	-	-	-	236	3.202
Amortizações	(42.418)	(136)	(126)	(584)	-	(43.264)
Em 31 de março de 2015	44.821	1.496	7.834	4.063	3.761	61.975
Custo Total	979.786	2.720	14.248	6.279	3.761	1.006.794
Amortização Acumulada	(934.965)	(1.224)	(6.414)	(2.216)	-	(944.819)
Em 31 de março de 2015	44.821	1.496	7.834	4.063	3.761	61.975
Taxa Média de Amortização %	13%	5%	0,2%	9%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da

Notas Explicativas



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito. A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Em 30 de dezembro de 2014 foi emitido o Primeiro Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 006/13, que alterou o regime de Exploração de Serviço Público de Energia para Produtor Independente de Energia Elétrica das UHE Caveiras e Palmeiras, passando a serem reguladas por tal contrato.

A contrapartida do total dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$182,4 até junho de 2015. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração, de 6,44%.

Centrais Geradoras	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
PCH Garcia	24,0	07/07/2015
PCH Ivo Silveira	6,4	07/07/2015
PCH Cedros	22,8	07/11/2016
PCH Salto	17,7	07/11/2016
PCH Bracinho	27,0	07/11/2016
UHE Palmeiras	35,7	07/11/2016
PCH Pery	55,7	09/07/2017
UHE Caveiras	5,9	10/07/2018
PCH Celso Ramos	12,8	23/11/2021

Notas Explicativas**18. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL****a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos**

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de
	março	dezembro	março	dezembro	março	dezembro
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	114.615	124.917	-	-	114.615	124.917
Provisão para Perdas em Ativos	70.254	70.381	-	-	70.254	70.381
Benefício Pós-Emprego	230.532	239.968	-	-	230.532	239.968
Custo Atribuído	-	-	36.234	37.593	(36.234)	(37.593)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	7.006	28.934	-	-	7.006	28.934
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	35.440	70.880	(35.440)	(70.880)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	43.667	87.334	(43.667)	(87.334)
Parcela A - CVA	9.593	9.593	162.785	162.785	(153.192)	(153.192)
Outras Provisões	-	-	553	545	(553)	(545)
	432.000	473.793	278.679	359.137	153.321	114.656

	Consolidado	
	31 de	31 de
	março	dezembro
	2014	2013
Ativo	168.145	130.068
Passivo	(14.824)	(15.412)
Tributo Diferido Líquido	153.321	114.656

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Notas Explicativas

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2015 são:

Ano	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
2015	41.125	82.918
2016	40.261	40.261
2017	40.261	40.261
2018	48.522	48.522
Acima de 2018	261.831	261.831
Total	432.000	473.793

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2015	31 de março 2014	31 de março 2015	31 de março 2014
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	55.757	(72.815)	73.089	(30.271)
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(18.957)	24.757	(24.850)	10.292
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	21.415	(22.879)	1.599	2.753
Incentivo Fiscal	-	-	(18)	(36)
Provisões Indedutíveis	(168)	-	(168)	(81)
Multas Indedutíveis	-	-	(1.411)	(2.649)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	(2.262)	-	(2.262)	(44.010)
Participação dos Administradores	(28)	(88)	(28)	(88)
Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	(38.420)
PDV	-	-	-	17.529
Ajuste Atuarial	-	-	-	18.730
Outras Adições (Exclusões)	-	(1.790)	9.806	(6.564)
	-	-	(17.332)	(42.544)
Corrente	-	-	(55.996)	(18.113)
Diferido	-	-	38.664	(24.431)
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	-23,71%	140,54%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei Federal nº 12.973, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Administração, concluiu a análise dos potenciais efeitos que poderiam advir da aplicação dessa Lei e concluiu que a sua adoção antecipada não teria impactos relevantes em suas Demonstrações Financeiras, decidindo pela adoção antecipada, da referida Lei, dentro dos prazos previstos para a opção, na Celesc.

A Administração, no entanto, não efetuou a adoção antecipada para a Celesc D e Celesc G, tendo a obrigatoriedade de adoção a partir de 01 de janeiro de 2015.

A Celesc D e Celesc G vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

19. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Energia Elétrica	652.676	561.962
Encargos de Uso da Rede Elétrica	38.717	37.959
Materiais e Serviços	52.540	80.651
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	23.630	8.771
	767.563	689.343

20. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	411.599	375.932
Empréstimos Bancários (b)	7,55 a.a.	-	9.950
Eletrobras (c)	5,00 a.a.	124.381	135.861
Finame (d)	2,5 a 8,7 a.a.	36.385	34.722
Total		572.365	556.465
Circulante		321.836	322.586
Não Circulante		250.529	233.879

Notas Explicativas



a) Empréstimos Bancários

Em 11 de março de 2014, o Conselho de Administração autorizou captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$90.000 junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300.000 junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI.

Em 23 de janeiro de 2015, a Celesc D captou recursos no valor de R\$100.000 junto ao Banco do Brasil para Capital de Giro. O pagamento será em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, vencível a primeira em 07 de fevereiro de 2016 com liquidação em 07 de janeiro de 2018, com encargos financeiros de 110% da taxa média CDI, sendo calculados por dias úteis (ano de 252 dias úteis).

b) Empréstimos Bancários

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89.000 a taxa de 7,55% a.a.. Este contrato foi liquidado no primeiro trimestre de 2015.

c) Eletrobras

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

d) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e poderão ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50.000, e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

Notas Explicativas



20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Ano 2016	112.916	153.215
Ano 2017	81.292	30.924
Ano 2018	25.417	20.883
Ano 2019	14.984	14.617
Ano 2020	6.908	6.541
Ano 2021 +	9.012	7.699
	250.529	233.879

20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2014	322.586	233.879	556.465
Ingressos	-	102.940	102.940
Encargos Provisionados	16.362	-	16.362
Transferências	86.290	(86.290)	-
Amortizações de Principal	(87.627)	-	(87.627)
Pagamentos de Encargos	(15.775)	-	(15.775)
Em 31 de março de 2015	321.836	250.529	572.365

21. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

Notas Explicativas

Ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2.

	Consolidado
Descrição	
Em 31 de dezembro de 2014	302.888
Atualização Monetária	9.524
Pagamentos	-
Custos na Emissão de Debêntures	91
Em 31 de março de 2015	312.503
Circulante	13.644
Não Circulante	298.859

22. Tributos e Contribuições Sociais**a) Composição**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
ICMS	-	-	116.776	101.718
PIS e COFINS	-	1.336	43.646	25.374
IRPJ e CSLL	-	-	56.602	33.374
Outros	79	90	8.798	8.822
Circulante	79	1.426	225.822	169.288

23. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Programa de Eficiência Energética – PEE	161.554	152.825
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	67.832	65.565
Encargo Conta Bandeira Tarifária	32.081	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	65.416	65.164
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	129.183	8.854
Reserva Global de Reversão – RGR	73	73
Uso do Bem Público	4.081	4.657
Outros	1.265	1.175
	461.485	298.313
Circulante	259.693	113.208
Não Circulante	201.792	185.105

Notas Explicativas



24. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	717	717	-	-
Cíveis	5.403	5.587	-	-
Regulatórias	8.182	8.182	6.627	6.627
	16.511	16.640	7.890	7.890

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março 2015	31 de dezembro 2014	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	29.392	29.392
Trabalhistas	44.703	43.254	35.541	64.738
Cíveis	53.738	49.689	131.030	132.137
Regulatórias	47.960	47.960	46.078	46.078
Ambientais	-	-	24.172	24.172
	150.183	144.685	266.213	296.517

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2014	16.640	7.890	144.685	296.517
Adições	55	-	16.198	5.427
Baixas	(184)	-	(10.700)	(35.731)
Em 31 de março de 2015	16.511	7.890	150.183	266.213

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Notas Explicativas



A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

c) Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com

base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

d) Contingências Regulatórias

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Contingências Ambientais

Em junho de 2014 a Celesc D, após a publicação da sentença do processo cível Natureza Ambiental nº 5001151-41.2013.404.7200, de autoria do Ministério Público Federal, provisionou o valor de R\$20.177, em complemento ao valor de R\$1.314.

Notas Explicativas**f) Perdas Possíveis – Não Provisionadas**

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Consolidado	
Descrição	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Tributárias (i)	2.253	2.383
Trabalhistas (ii)	6.239	5.443
Cíveis (iii)	42.125	38.210
Regulatórias (iv)	14.877	14.877
Ambientais (v)	16.218	16.218
	81.712	77.131

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

Notas Explicativas**v) Contingências Ambientais**

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

25. Passivo Atuarial

	Consolidado	
Obrigações Registradas	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Planos Previdenciários	706.802	703.923
Plano Misto/Transitório (a)	706.802	703.923
Outros Benefícios a Empregados	475.438	499.196
Plano Celos Saúde (b)	309.661	316.689
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	134.503	151.060
Outros Benefícios (d)	31.274	31.472
Total	1.182.240	1.203.144
Circulante	172.812	170.853
Não Circulante	1.009.428	1.032.291

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição,

Notas Explicativas



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

relativos aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de março de 2015 a Celesc D havia quitado o débito com 242 beneficiários.

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Consolidado						
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2013	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	4.037	-	(24.759)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	154.168	73.846	23.089	601	20.290	925	3.196
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	(10.929)	(85.288)	(346)	(4.098)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	86.313	11.519	148.526	(475)	(7.691)	399	1.927
Em 31 de dezembro de 2014	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066

Notas Explicativas



b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Consolidado Outros Benefícios
Em 31 de dezembro de 2013	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	-	-	(346)	-
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	31.119	32.495	38.268	-	-	-	-
Juros sobre Ativo	129.622	35.484	4.281	-	-	864	-
Ganho/Perda sobre os Ativos	23.445	(27.819)	(15.513)	-	-	(277)	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.262.568	301.723	38.102	-	-	7.971	-

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Consolidado Outros Benefícios
Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2013	238.083	360.304	196.867	10.803	223.750	641	29.041
Valor presente da obrigações atuariais com cobertura	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.091
Benefícios Concedidos	1.299.074	707.232	336.989	-	151.061	1.452	28.034
Benefícios a Conceder	261.909	-	17.800	-	-	7.897	2.057
Valor justo dos ativos	(1.262.568)	(301.723)	(38.102)	-	-	(7.971)	-
Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014	298.415	405.509	316.687	-	151.061	1.378	30.091

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de março 2014
Plano Transitório	10.645	8.393
Plano Misto	8.866	5.773
Plano Pecúlio	800	814
PDVI 2002	-	150
PDVI 2012	3.235	5.072
Plano Médico	2.902	(1.487)
	26.448	18.715

Notas Explicativas**e) Hipóteses Atuariais e Econômicas**

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2014
Taxa de Desconto	10,93%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	10,93%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	10,77%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	98,00%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	98,00%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2014
Mortalidade Geral	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média agravada em 25%

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2015

A estimativa da despesa para o exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2015
Plano Transitório	42.580
Plano Misto	35.463
Plano Pecúlio	132
PDV 2012	12.939
Plano Médico	11.609
Outros Benefícios	3.067
	105.790

26. Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Notas Explicativas



A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Investimento em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,65	1.751.000	7,60	2.008.600	5,21
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Poland FIA	-	-	2.884.800	12,52	2.884.800	7,48
Tarpon Gestora de Recursos	-	-	3.429.623	14,88	3.429.623	8,89
Outros	993.152	6,40	10.167.459	44,12	11.160.611	28,94
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(23.122) em 31 de março de 2015 e R\$(20.485) em 31 de dezembro de 2014, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Deemed Cost – Celesc G	70.338	72.975
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(93.460)	(93.460)
	(23.122)	(20.485)

c) Lucro Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de março de 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período apresentado.

Em 31 de março de 2015, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2014 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas**d) Composição do Lucro Básico e Diluído**

	Consolidado	
	31 de março 2015	31 de março 2014
Média ponderada de ações (milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas - PN	23.044	23.044
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	1,3640	(1,7814)
Ações Preferenciais Nominativas - PN	1,5005	(1,9595)
Lucro básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	21.180	(27.660)
Ações Preferenciais Nominativas - PN	34.578	(45.155)
	<u>55.757</u>	<u>(72.815)</u>

27. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

				Consolidado
Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2015	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2014 à 14.05.2016	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2014 à 08.06.2015	18.768

28. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

Notas Explicativas



As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, são as seguintes:

31 de março de 2015					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	1.781.263	34.033	(549)	1.814.747
Custo das Vendas	-	(1.667.846)	(13.830)	549	(1.681.127)
Resultado Operacional Bruto	-	113.417	20.203	-	133.620
Despesas com Vendas	-	(45.032)	(186)	-	(45.218)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.107)	(83.799)	(2.023)	-	(92.929)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	41.701	(376)	-	41.325
Resultado de Equivalência Patrimonial	62.986	-	(429)	(58.283)	4.274
Resultado das Atividades	55.879	26.287	17.189	(58.283)	41.072
Receitas Financeiras	387	90.010	4.071	(243)	94.225
Despesas Financeiras	(509)	(61.837)	(105)	243	(62.208)
Resultado Financeiro, Líquido	(122)	28.173	3.966	-	32.017
Lucro antes IRPJ e CSLL	55.757	54.460	21.155	(58.283)	73.089
IRPJ e CSLL	-	(11.284)	(6.048)	-	(17.332)
Lucro do Período	55.757	43.176	15.107	(58.283)	55.757
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.531.840	5.830.087	428.436		
Total dos Passivos	132.610	4.135.547	61.995		

31 de março de 2014					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	1.243.112	57.808	(526)	1.300.394
Custo das Vendas	-	(1.239.266)	(8.400)	526	(1.247.140)
Resultado Operacional Bruto	-	3.846	49.408	-	53.254
Despesas com Vendas	-	(38.076)	(158)	-	(38.234)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.105)	(72.520)	(1.599)	-	(80.224)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	18	(18.622)	(576)	-	(19.180)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(67.290)	-	20	75.387	8.117
Resultado das Atividades	(73.377)	(125.372)	47.095	75.387	(76.267)
Receitas Financeiras	1.060	68.318	1.651	-	71.029
Despesas Financeiras	(498)	(24.171)	(364)	-	(25.033)
Resultado Financeiro Líquido	562	44.147	1.287	-	45.996
Lucro antes IRPJ e CSLL	(72.815)	(81.225)	48.382	75.387	(30.271)
IRPJ e CSLL	-	(26.151)	(16.393)	-	(42.544)
Lucro do Período	(72.815)	(107.376)	31.989	75.387	(72.815)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.122.793	5.264.014	355.296		
Total dos Passivos	58.146	3.832.634	47.668		

Notas Explicativas



28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de março 2015	31 de março 2014
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.198.519	1.507.760
Suprimento de Energia Elétrica (a)	68.914	43.905
Disponibilização da Rede Elétrica	71.333	51.494
Arrendamento e Aluguéis (i)	-	1.646
Renda de Prestação de Serviços	341	430
Energia Elétrica de Curto Prazo	103.326	101.088
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	127.179	-
Outras Receitas Operacionais	1.968	2.269
Doações e Subvenções	116.547	99.243
Receita de Construção	86.972	51.225
	2.775.099	1.859.060
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(483.429)	(362.953)
PIS	(47.700)	(29.374)
COFINS	(219.707)	(135.300)
ISS	-	(1)
Reserva Global de Reversão – RGR	(220)	(758)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(159.363)	(18.530)
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	(7.882)	(5.875)
Programa Eficiência Energética – PEE	(7.882)	(5.875)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(2.088)	-
Outros Encargos	(32.081)	-
	(960.352)	(558.666)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.814.747	1.300.394

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE no primeiro trimestre de 2015 foi de R\$110.915. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$5.632.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2015	31 de março 2014	31 de março 2015	31 de março 2014	31 de Março 2015	31 de março 2014
Residencial	2.100.992	2.024.618	1.543.675	1.569.749	801.370	583.945
Industrial	100.820	97.247	1.133.134	1.174.682	583.908	373.347
Comercial	243.354	233.657	1.033.781	1.059.691	558.042	378.432
Rural	233.562	231.372	362.484	387.715	119.435	83.565
Poder Público	21.508	20.985	109.409	111.610	56.293	34.636
Iluminação Pública	583	559	143.562	143.471	43.509	30.498
Serviço Público	2.798	2.554	83.215	84.398	35.962	23.337
Total do Fornecimento	2.703.617	2.610.992	4.409.260	4.531.316	2.198.519	1.507.760
Suprimento de Energia	49	80	1.369.800	457.529	68.914	43.905
Total	2.703.666	2.611.072	5.779.060	4.88.845	2.267.433	1.551.665

(i) Informações não revisadas

Notas Explicativas



28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

31 de março de 2015					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.437.476	-	-	-	1.437.476
Pessoal (b)	79.241	30.915	13.097	1.717	124.970
Administradores	-	1.406	-	-	1.406
Despesa Atuarial	-	26.448	-	-	26.448
Entidade de Previdência Privada (b)	4.271	1.711	631	-	6.613
Material	3.214	1.043	-	-	4.257
Custo de Construção	86.972	-	-	-	86.972
Custos e Serviços de Terceiros	19.952	16.860	20.787	59	57.658
Depreciação e Amortização	49.954	7.756	-	-	57.710
Provisões Líquidas	(3.632)	-	3.150	(30.228)	(30.710)
Arrendamentos e Aluguéis	337	-	-	(5.944)	(5.607)
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	300	300
Outros Custos e Despesas	3.342	6.790	7.553	(7.229)	10.456
	1.681.127	92.929	45.218	(41.325)	1.777.949

31 de março de 2014					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.063.855	-	-	-	1.063.855
Pessoal (b)	67.109	24.933	8.698	3.080	103.820
Administradores	-	1.455	-	-	1.455
Despesa Atuarial	-	18.715	-	-	18.715
Entidade de Previdência Privada (b)	3.753	1.150	463	-	5.366
Material	4.591	1.386	-	-	5.977
Custo de Construção	51.225	-	-	-	51.225
Custos e Serviços de Terceiros	15.532	16.336	21.237	53	53.158
Depreciação e Amortização	45.211	8.627	-	-	53.838
Provisões Líquidas	(7.043)	-	(2.109)	3.787	(5.365)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	1.460	1.460
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	289	289
Outros Custos e Despesas	2.907	7.622	9.945	10.511	30.985
	1.247.140	80.224	38.234	19.180	1.384.778

Notas Explicativas



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de março 2015	GWh (i)	Consolidado	
			31 de março 2014	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	4.260	16	-	-
Arembepe Energia S.A.	-	-	38.769	61
Borborema Energética S.A.	1.851	4	-	-
Brentech Energia S.A.	7.000	12	7.350	13
BTG Pactual Comercializadora	22.243	62	-	-
Candeias Energia S.A.	2.565	8	-	-
Capitale Energia Comercializadora	4.155	12	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	49.025	201	43.971	272
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	233.334	997	126.565	1.050
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	3.472	29	-	-
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	3.407	9	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	106.935	68	35.457	70
Centrais Elétricas Norte do Brasil	3.867	28	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	7.108	101	8.370	103
Comerc Comercializadora de Energia	2.058	6	-	-
Companhia Energética de Petrolina – CEP	46.297	49	23.580	51
Companhia Energética de São Paulo – CESP	33.465	234	32.710	256
Companhia Energética Estreito	9.235	55	8.658	53
Companhia Energética Potiguar	51.033	33	18.687	34
Copel Geração e Transmissão S.A.	34.315	254	33.445	257
Delta Comercializadora de Energia	4.059	11	-	-
Eletrobras Termonuclear S.A.	27.551	178	33.667	184
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	2.308	14	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	2.510	14	-	-
Energest S.A.	2.325	16	-	-
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	-	-	30.017	61
Energética Suape II S.A.	10.845	50	34.934	52
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	5.849	34	11.588	35
Foz do Chapecó Energia AS	10.018	56	9.058	53
Furnas Centrais Elétricas S.A.	60.171	438	54.349	419
Geradora de Energia do Norte S.A.	3.368	9	-	-
Lages Bioenergética Ltda.	10.792	48	10.650	49
Linhares Geração S.A.	2.809	8	-	-
Maracanau Geradora de Energia S.A.	1.844	4	-	-
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	163.440	449	32.915	336
Pie - RP Termoeletrica S.A.	6.728	19	-	-
Porto do Pecem Geração de Energia	18.884	116	17.714	120
Rio PCHI S.A.	2.611	15	-	-
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	2.430	14	-	-
Santa Fé Energia S.A.	1.872	11	-	-
Santo Antônio Energia S.A	33.687	327	14.739	148
Serra do Facão Energia S.A.	4.525	26	-	-
SJC Bioenergia Ltda.	1.709	9	-	-
Termelétrica Viana S.A.	1.953	5	-	-
Tractebel Energia S.A.	117.681	766	109.955	732
Tradner Ltda	14.698	41	-	-
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	11.671	8	-	-
Usina Xavantes S.A - Aruanã	22.031	9	14.663	9
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	10.150	60	13.345	62
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-	(105.488)	-
Conta Bandeira Tarifária	(2.015)	-	-	-
Outros	10.777	318	70.689	389
	1.192.906	5.251	730.357	4.869
Energia Elétrica Comprada para Revenda - CP	92.862	214	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	227.830	651
Encargo de Uso da Rede Elétrica	121.480	-	74.901	-
Proinfa	30.228	100	30.767	94
	244.570	314	333.498	745
	1.437.476	5.564	1.063.855	5.614

(i) Informações não revisadas

Notas Explicativas



b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2015	31 de março 2014	31 de março 2015	31 de março 2014
Pessoal				
Remunerações	4.826	3.836	69.248	59.783
Encargos Sociais	68	17	26.563	22.881
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	3.663	3.211
Benefícios Assistenciais	-	-	8.507	6.672
Provisões e Indenizações	28	33	16.919	11.239
Outros	38	23	70	34
Entidade de Previdência Privada	-	-	6.613	5.366
	4.960	3.909	131.583	109.186

28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2015	31 de março 2014	31 de março 2015	31 de março 2014
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	358	692	8.906	11.081
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	15.171	11.865
Variações Monetárias	-	-	2.303	582
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	21.427	-
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	4.350	3.450
Deságio Fornecedor	-	-	43	2.250
Receita Financeira de VNR	-	-	40.128	40.727
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	-	-	(23)	-
Outras Receitas Financeiras	29	368	1.920	1.074
	387	1.060	94.225	71.029
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(21.388)	(6.172)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(21.907)	(2.070)
Variações Monetárias	-	-	(710)	(2.505)
Amortização do Ágio	(494)	(493)	(494)	(493)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(5.928)	(5.051)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(9.524)	(7.037)
Outras Despesas Financeiras	(15)	(5)	(2.257)	(1.705)
	(509)	(498)	(62.208)	(25.033)
Resultado Financeiro	(122)	562	32.017	45.996

Notas Explicativas



29. Informações Complementares da Celesc D

29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante	5.452.430	5.007.858
Caixa e Equivalentes de Caixa	352.716	287.715
Contas a Receber de Clientes	1.229.311	1.005.378
Estoques	6.710	8.638
Tributos a Recuperar	75.306	49.473
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	252.543	240.635
Ativo Indenizável – Concessão	2.982.668	2.890.451
Ativo Financeiro - Parcela A	462.500	450.566
Outros Créditos	90.676	75.002
Não Circulante	377.657	369.293
Contas a Receber de Clientes	6.376	6.398
Tributos Diferidos	168.145	130.068
Tributos a Recuperar	22.211	18.595
Depósitos Judiciais	133.583	127.956
Outros Créditos	2.521	2.003
Intangível	44.821	84.273
Total do Ativo	5.830.087	5.377.151
Passivo	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante	2.008.503	1.689.738
Fornecedores	767.310	687.537
Empréstimos e Financiamentos	321.836	322.586
Debêntures	13.644	4.120
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	116.891	119.727
Tributos e Contribuições Sociais	215.688	131.987
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio	91.109	91.109
Taxas Regulamentares	257.327	110.852
Previdência Privada	10.338	15.106
Passivo Atuarial	172.791	170.828
Outros Passivos	41.569	35.886
Não Circulante	2.127.044	2.036.049
Empréstimos e Financiamentos	250.529	233.879
Debêntures	298.859	298.768
Taxas Regulamentares	199.714	182.537
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	110.243	-
Passivo Atuarial	1.009.428	1.032.291
Provisão para Contingências	255.795	286.099
Outros Passivos	2.476	2.475
Patrimônio Líquido	1.694.540	1.651.364
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	691.234	691.234
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(93.460)	(93.460)
Lucros / Prejuízos acumulados	43.176	-
	5.830.087	5.377.151

Notas Explicativas

(i) A ANEEL por meio do Despacho nº 610 de 6 de março de 2015, anuiu a minuta do Contrato de Mútuo entre a Celesc D e a Celesc G, com prazo de vigência de até 24 meses no montante de R\$110.000. Em reunião ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração aprovou o Contrato de Mútuo e o repasse de recursos da Celesc G à Celesc D. O contrato entre as partes foi assinado em 24 de março de 2015, no valor de R\$110.000, com vigência de 2 anos a partir da data de assinatura. Os encargos financeiros a serem acrescidos serão o IOF e a variação da Selic.

29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2015	31 de março 2014
Receita Operacional Líquida – ROL	1.781.263	1.243.112
Receita de Serviço de Energia Elétrica	1.567.112	1.191.887
Parcela A - CVA	127.179	-
Receita de Construção	86.972	51.225
Custos Operacionais	(1.667.846)	(1.239.266)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(1.580.874)	(1.188.041)
Custo de Construção	(86.972)	(51.225)
Resultado Operacional Bruto	113.417	3.846
Despesas Operacionais	(87.130)	(129.218)
Despesas com Vendas	(45.032)	(38.076)
Despesas Gerais e Administrativas	(83.799)	(72.520)
Outras Despesas Operacionais	41.701	(18.622)
Resultado das Atividades	26.287	(125.372)
Resultado Financeiro	28.173	44.147
Receitas Financeiras	90.010	68.318
Despesas Financeiras	(61.837)	(24.171)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	54.460	(81.225)
IRPJ e CSLL	(11.284)	(26.151)
Corrente	(49.360)	-
Diferido	38.076	(26.151)
Lucro do Período	43.176	(107.376)

Notas Explicativas



29.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2015	31 de março 2014
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.181.299	1.496.781
Suprimento de Energia Elétrica (a)	48.824	39.853
Ativos e Passivos Financeiros	127.179	-
Disponibilização da Rede Elétrica	71.882	52.020
Energia de Curto Prazo	103.326	54.328
Outras Receitas Operacionais	2.309	103.588
Doações e Subvenções	116.547	-
Receita de Construção	86.972	51.225
	2.738.338	1.797.795
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(483.429)	(362.953)
PIS	(47.193)	(28.799)
COFINS	(217.373)	(132.650)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(159.363)	(18.530)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(7.882)	(5.875)
Programa Eficiência Energética – PEE	(7.882)	(5.875)
Taxa Fiscalização - ANEEL	(1.872)	-
Outros Encargos	(32.081)	(1)
	(957.075)	(554.683)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.781.263	1.243.112

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Residencial	2.100.992	2.024.618	1.543.675	1.569.749	801.370	583.945
Industrial	100.801	97.237	1.061.865	1.120.498	566.688	365.923
Comercial	243.354	233.656	1.033.781	1.037.383	558.042	374.877
Rural	233.562	231.372	362.484	387.715	119.435	83.565
Poder Público	21.508	20.985	109.409	111.610	56.293	34.636
Iluminação Pública	583	559	143.562	143.471	43.509	30.498
Serviço Público	2.798	2.554	83.215	84.398	35.962	23.337
Total do Fornecimento	2.703.598	2.610.981	4.337.991	4.454.824	2.181.299	1.496.781
Suprimento de Energia	45	46	395.400	374.055	48.824	39.853
Total Geral	2.703.643	2.611.027	4.733.391	4.828.879	2.230.123	1.536.634

(i) Informações não revisadas

Notas Explicativas



29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de março de 2015

Descrição	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas / Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comp. Revenda	1.437.455	-	-	-	1.437.455
Pessoal	77.991	24.597	13.031	1.717	117.336
Administradores	-	-	-	-	-
Despesa Atuarial	-	26.448	-	-	26.448
Entidade de Previdência Privada	4.271	1.711	631	-	6.613
Material	3.202	1.039	-	-	4.241
Custo de Construção	86.972	-	-	-	86.972
Custo e Serviços de Terceiros	18.503	16.066	20.682	59	55.310
Depreciação e Amortização	34.844	7.574	-	-	42.418
Provisões Líquidas	-	-	3.150	(30.304)	(27.154)
Outros Custos e Despesas	4.608	6.364	7.538	(13.173)	5.337
	1.667.846	83.799	45.032	(41.701)	1.754.976

31 de março de 2014

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas / Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.063.787	-	-	-	1.063.787
Pessoal	65.530	20.025	8.649	3.080	97.284
Despesa Atuarial	-	18.715	-	-	18.715
Entidade Previdência Privada	3.753	1.150	463	-	5.366
Material	4.568	1.377	-	-	5.945
Custo de Construção	51.225	-	-	-	51.225
Custos e Serviços de Terceiros	15.055	15.732	21.144	53	51.984
Depreciação e Amortização	32.442	8.441	-	-	40.883
Provisões Líquidas	-	-	(2.109)	3.639	1.530
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	1.321	1.321
Outros Custos e Despesas	2.906	7.080	9.929	10.529	30.444
	1.239.266	72.520	38.076	18.622	1.368.484

Notas Explicativas



30. Informações Complementares da Celesc G

30.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Circulante	53.326	157.067
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.100	145.158
Contas a Receber de Clientes	15.356	11.479
Estoques	144	72
Tributos a Recuperar	2.704	301
Outras contas a receber	22	57
Não Circulante	375.110	279.721
Tributos a Recuperar	202	137
Depósitos Judiciais	89	89
Partes Relacionadas	110.731	-
Investimentos	32.539	37.397
Imobilizado	222.229	232.294
Intangível	9.320	9.804
Total do Ativo	428.436	436.788
Passivo	31 de março 2015	31 de dezembro 2014
Circulante	42.565	64.946
Fornecedores	1.259	1.680
Tributos e Contribuições Sociais	10.055	35.875
Taxas Regulamentares	2.366	2.356
Outros Passivos	4.755	905
Dividendos Propostos	24.130	24.130
Não Circulante	19.430	20.508
Tributos Diferidos	14.824	15.412
Provisão para Contingências	2.528	2.528
Taxas Regulamentares	2.078	2.568
Patrimônio Líquido	366.441	351.334
Capital Social Realizado	128.000	128.000
Reservas de Lucro	150.359	150.359
Ajuste de Avaliação Patrimonial	70.338	72.975
Lucros Acumulados	17.744	-
Total do Passivo	428.436	436.788

Notas Explicativas



30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2015	31 de março 2014
Receita Operacional Líquida – ROL		
Receita	34.033	57.808
Custos Operacionais		
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(13.830)	(8.400)
Resultado Operacional Bruto	20.203	49.408
Despesas Operacionais	(3.014)	(2.313)
Despesas com Vendas	(186)	(158)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.023)	(1.599)
Provisões, Líquidas	(76)	(148)
Outras Despesas Operacionais	(300)	(428)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(429)	20
Resultado das Atividades	17.189	47.095
Resultado Financeiro	3.966	1.287
Receitas Financeiras	4.071	1.651
Despesas Financeiras	(105)	(364)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	21.155	48.382
IRPJ e CSLL	(6.048)	(16.393)
Corrente	(6.636)	(18.113)
Diferido	588	1.720
Lucro do Período	15.107	31.989

30.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2015	31 de março 2014
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	17.220	7.424
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	-	3.555
Suprimento de Energia Elétrica (a)	10.696	4.052
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	9.394	46.760
	37.310	61.791
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(507)	(575)
COFINS	(2.334)	(2.650)
Reserva Global de Reversão – RGR	(220)	(758)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(216)	
	(3.277)	(3.983)
Receita Operacional Líquida – ROL	34.033	57.808

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de
	março	março	março	março	março	março
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	19	10	71.269	54.184	17.220	7.424
Comercial, Serviços e Outros	-	1	-	22.308	-	3.555
Suprimento de Energia	5	34	27.129	23.064	10.696	4.052
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	19.635	60.410	9.394	46.760
Total	24	45	118.033	159.966	37.310	61.791

(i) Informações não revisadas.

30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de março de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	21	-	-	-	21
Pessoal	1.250	66	1.358	-	2.674
Material	12	-	4	-	16
Encargos de Uso da Rede Elétrica	549	-	-	-	549
Custos e Serviços de Terceiros	1.449	105	328	-	1.882
Depreciação e Amortização	15.110	-	181	-	15.291
Seguros	-	-	34	-	34
Provisões Líquidas	(3.632)	-	-	76	(3.556)
Tributos	(929)	15	57	-	(857)
Aluguéis	-	-	54	-	54
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	300	300
Outros Custos e Despesas	-	-	7	-	7
	13.830	186	2.023	376	16.415

Descrição	31 de março 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	594	-	-	-	594
Pessoal	1.579	999	49	-	2.627
Material	23	9	-	-	32
Custos e Serviços de Terceiros	477	167	93	-	737
Depreciação e Amortização	12.769	185	-	-	12.954
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(7.043)	-	-	148	(6.895)
Provisões Líquidas	-	-	-	289	289
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	139	139
Outros Custos e Despesas	1	239	16	-	256
	8.400	1.599	158	576	10.733

Notas Explicativas



31. Evento Subsequente

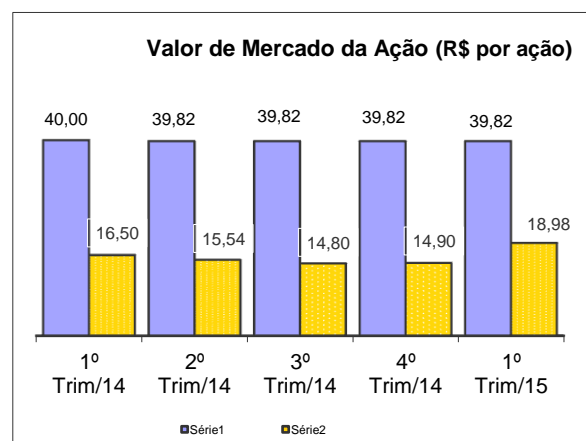
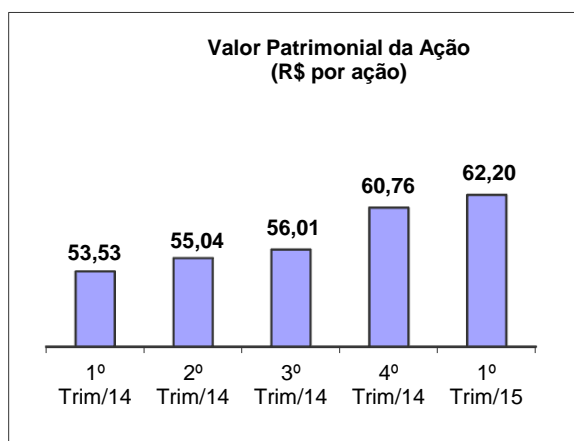
A Celesc D repactuou no dia 27 de abril de 2015, junto a Caixa Econômica Federal - CEF, o empréstimo para capital de giro no valor de R\$300 milhões (contraído em 27 de junho de 2014), com prazo de pagamento alongado para 38 meses, carência de 8 (oito) meses e amortização mensal após carência. O referido empréstimo é garantido por recebíveis (duplicatas).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

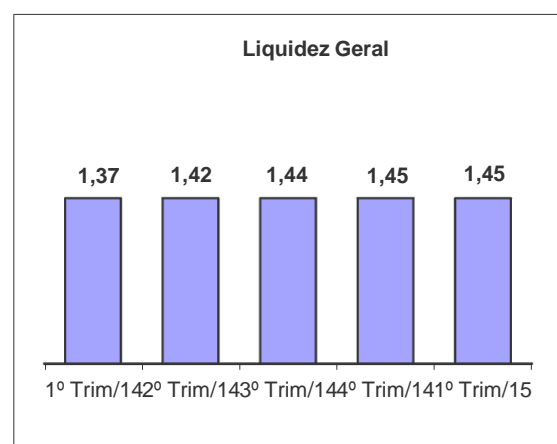
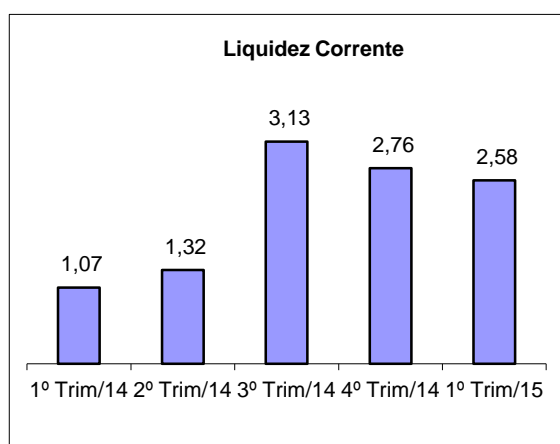


1. Indicadores Financeiros

1.1. Patrimoniais



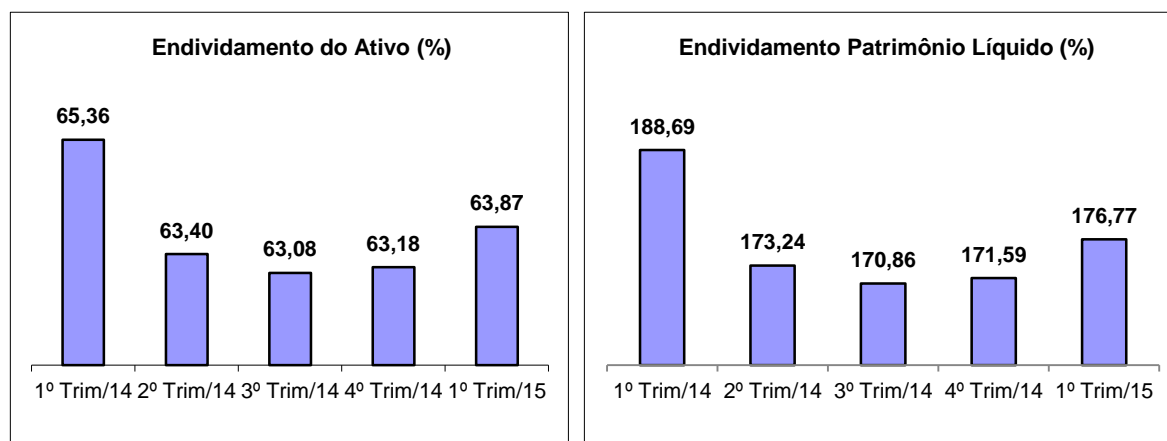
1.2. Liquidez



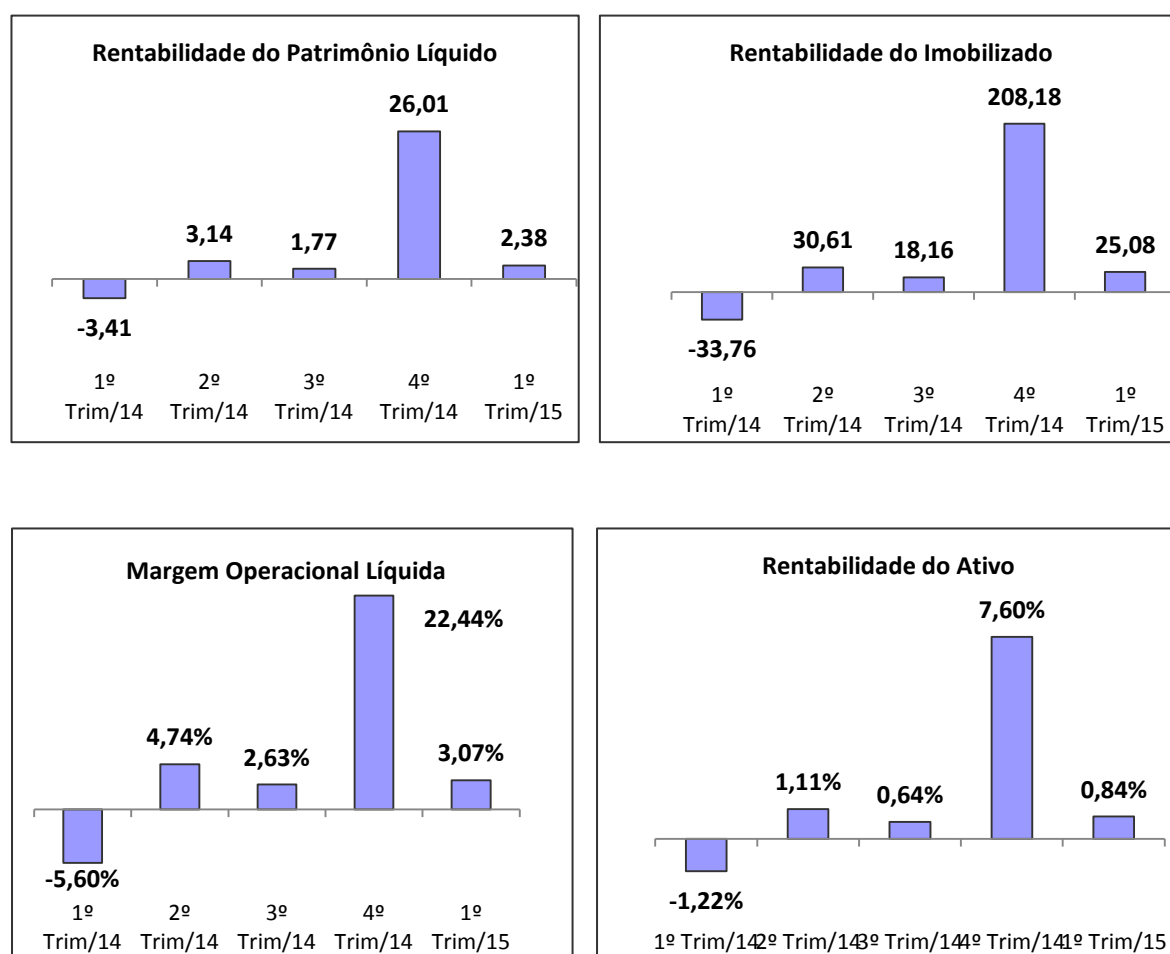
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1.3. Endividamento



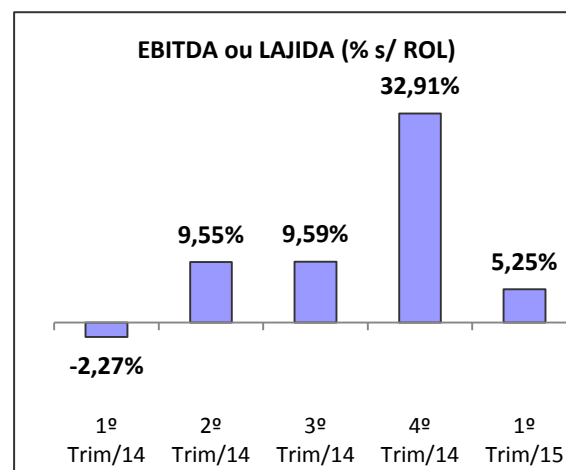
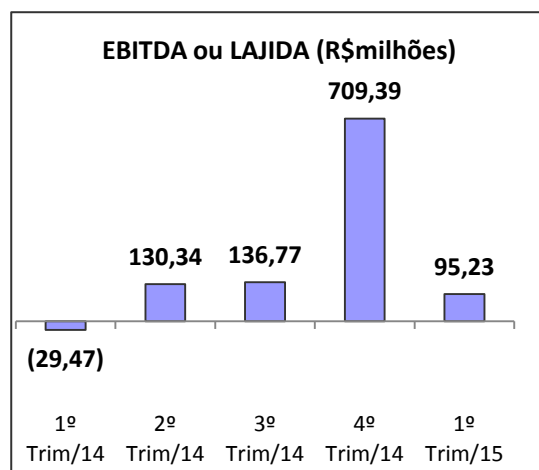
1.4. Rentabilidade



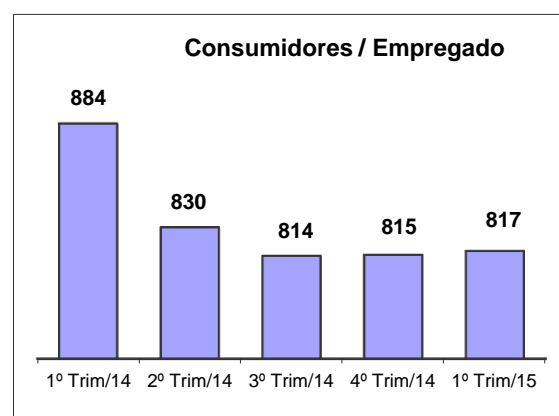
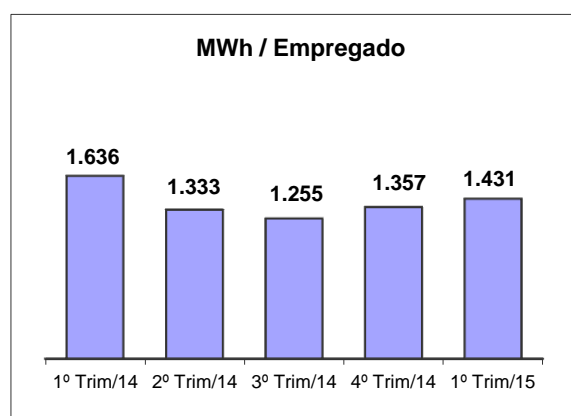
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



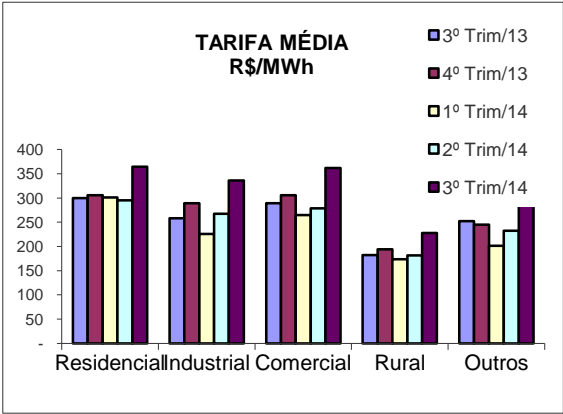
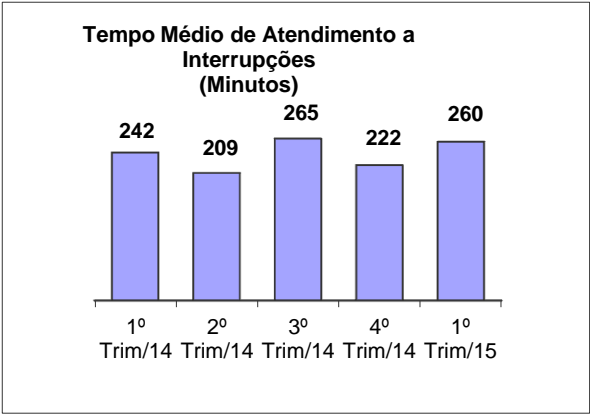
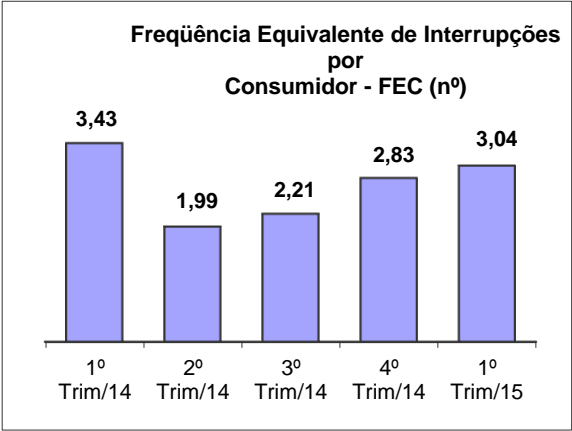
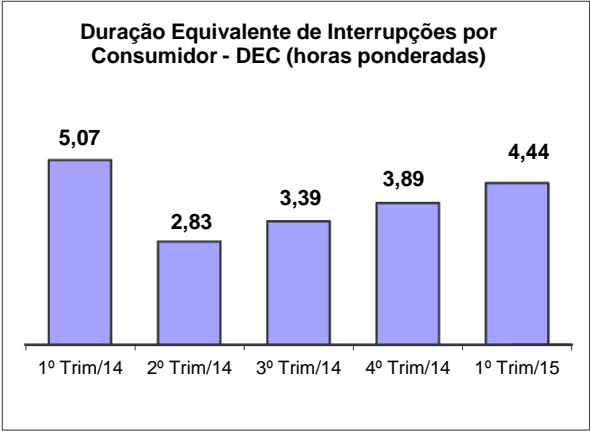
1.5. EBITDA ou LAJIDA



1.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade normal das operações da Sociedade

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras, que indica que a Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades por 16 anos, até 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão, e posteriormente em 15 de outubro de 2012 ratificou o pedido. Em janeiro de 2014, por meio do ofício circular nº 1/2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") informou à Companhia que está analisando o pedido de prorrogação, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 13 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Fernando de Souza Leite

Auditores Independentes

Contador

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC CRC n.º 1 PR-050.422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

e Controle Interno

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor de Assuntos

Diretor Comercial

Regulatórios e Jurídicos

Enio Andrade Branco

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Geração, Transmissão e

Diretor de Distribuição

Novos Negócios

Nelson Marcelo Santiago

Rubens José Della Volpe

Diretor de Gestão Corporativa

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8